

Nathália Lima Romeiro
Organizadora

Informação, diálogos e ações para
**ENFRENTAMENTO À
VIOLÊNCIA CONTRA
MENINAS E MULHERES**

NYOTA

Nathália Lima Romeiro
Organizadora

**INFORMAÇÃO, DIÁLOGOS
E AÇÕES PARA
ENFRENTAMENTO
À VIOLÊNCIA CONTRA
MENINAS E MULHERES**

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2022

Coordenação do Selo Nyota: Franciéle Carneiro Garcês da Silva e Nathália Lima Romeiro

Comitê Editorial e Científico

Felipe Meneses Tello (UNAM)

Mary Luz Alzate (UNAL)

Bruno Almeida dos Santos (UFBA)

Claudia Mortari (UDESC)

Fernanda Oliveira (UFRGS)

Maria do Carmo Moreira Aguiar (UFRGS)

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)

Carina Santiago dos Santos (UDESC)

Rubens Alves da Silva (UFMG)

Carina Santiago dos Santos (UDESC)

Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)

Márcio Ferreira da Silva (UFMA)

Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)

Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)

Luisa Tombini Wittmann (UDESC)

Lourenço Cardoso (UNILAB)

Mariana Cortez (UNILA)

Barbara Barcellos (UFS)

Lia Vainer Schucman (UFSC)

Priscila Sena (FEBAB)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Rubens Alves da Silva (UFMG)

Carina Santiago dos Santos (UDESC)

Gustavo Silva Saldanha (IBICT/UFRRJ)

Leyde Klébia Rodrigues da Silva (UFBA)

Márcio Ferreira da Silva (UFMA)

Priscila Sena (FEBAB)

Daniella Camara Pizarro (UDESC)

Samanta Coan (UFMG)

Diagramação: Nathália Lima Romeiro, Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva

R763

Informação, diálogo e ações para enfrentamento à violência contra meninas e mulheres / Nathália Lima Romeiro (Org.). - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2022. (Selo Nyota)

440 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>.

ISBN 978-85-60527-25-0 (E-book)

ISBN 978-85-60527-28-1 (Físico)

1. Ciência da Informação. 2. Violência. 3. Mulher. 4. Estudos de Gênero. 5. Ações. I. Romeiro, Nathália Lima (org.). II. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil¹

É permitido:

- Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
- Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 jun. 2019.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS E POPULARES: A POTÊNCIA DA PEDAGOGIA FEMINISTA EM ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE APRENDIZAGEM

Rodrigo Silva Caxias de Sousa

Francine Conde Cabral

Lays Ieggle

1 INQUIETAÇÕES INICIAIS

O enfrentamento às violências contra a mulher, em todas as suas articulações, é uma temática que necessita ser discutida e amplamente enfrentada pela sociedade brasileira. As violências engendradas num sistema patriarcal-racista-capitalista que incidem principalmente sobre as mulheres, tradicionalmente não são contempladas em estudos realizados por pesquisadores e profissionais da Ciência da Informação no Brasil. Da mesma forma, a temática das bibliotecas comunitárias e populares é pouco explorada na área, apesar de sua potencialidade como espaço identitário e de emancipação coletiva.

Considerando tais lacunas propomos uma discussão teórica balizando o entrelaçamento de biblioteca, Educação Não Formal e pedagogia feminista. Parte-se da perspectiva Freiriana que imbrica as noções pedagógicas relacionadas ao conceito de emancipação e construção de autonomia, culminando na educação popular feminista como uma forma de enfrentamento à violência de gênero ao utilizar o espaço de ensino não formal das bibliotecas comunitárias e populares como um ambiente catalisador de empoderamento e aprendizagens.

Os elementos que justificam o presente estudo estão balizados em pelo menos três aspectos: problematização conceitual

acerca dos limites entre bibliotecas comunitárias e populares enquanto espaço educacional de processos e ações não formais, bem como aproximação da pedagogia feminista como aporte teórico para a discussão de fenômenos da Ciência da Informação.

Nesse sentido, as discussões teóricas aqui propostas estão assim organizadas: apresentamos pesquisas precedentes sobre a temática na Ciência da Informação; discutimos as convergências conceituais entre bibliotecas comunitárias e populares, constituídas como espaços identitários, sendo, por conseguinte, de formação cultural de estratégia de revide à violência contra mulheres.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

A procura pelo entendimento acerca de como investigações vêm sendo efetivadas na Ciência da Informação no Brasil sobre a violência contra a mulher teve início a partir da investigação acerca da bibliografia produzida, identificadas em estudos precedentes na área e que abordassem violências contra a mulher.

Em 29 de maio de 2020, uma pesquisa bibliográfica foi realizada nas seguintes bases de dados: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e Scopus. Foram realizadas distintas buscas conforme as expressões abaixo elencadas.

Na BRAPCI utilizamos as expressões **violência AND gênero; violência AND mulher; "violência de gênero"; e "violência contra a mulher"**. Foi possível identificar um total de 55 artigos, mas considerados apenas 21 após a exclusão de documentos duplicados.

Na Scopus, utilizamos as mesmas expressões com a adição dos delimitadores de *(LIMIT-TO (AFFILCOUNTRY, "Brazil")) AND (LIMIT-TO (SUBJAREA, "SOC"))*, com objetivo de recuperar apenas as produções brasileiras na área da Ciências Sociais. A despeito disso, recuperamos 103 documentos, sendo considerados 64 documentos após a exclusão de documentos repetidos. Esse número não é representado apenas pela Ciência da Informação, uma vez que contempla todas as áreas dentro das Ciências Sociais. A única ocorrência de pertinência à Ciência da Informação diz respeito a um

(1) artigo de abordagem métrica que não considera bibliotecas comunitárias e populares.

No total, obtivemos 85 publicações relacionadas à temática proposta. Dessa totalidade, apenas um (1), localizado na Scopus, apresentava a biblioteca como um espaço propício para mediação de informações acerca do combate à violência contra mulheres.

A partir da observação do conjunto de dados obtidos, identificamos que os estudos precedentes sobre violência contra a mulher na Ciência da Informação são propostos por diferentes pesquisadores através de referências teórico-metodológicas distintas. Todavia, o que propomos aqui se difere por trazer a pedagogia como um elemento de reafirmação da biblioteca enquanto *locus* de práxis que pode ir de encontro às violências sofridas por mulheres.

Doravante, para o levantamento das fontes bibliográficas que compõem a fundamentação teórica deste capítulo foram realizadas consultas no Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Lume); na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI); na *Scopus*; e no *Google Scholar*. Sendo assim, as seções seguintes apresentam as discussões elaboradas a partir de tais processos.

3 CONVERGÊNCIAS ENTRE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS, BIBLIOTECAS POPULARES E ESPAÇOS EDUCATIVOS

A discussão acerca da delimitação entre bibliotecas comunitárias e bibliotecas populares é vista na Ciência da Informação como inconcludente. Há autores que utilizam biblioteca comunitária como sinônimo de biblioteca popular (BADKE, 1984). Há, também, os que defendem a biblioteca popular como uma variação de biblioteca pública partindo de uma perspectiva de oferta de serviços semelhantes (ALMEIDA JÚNIOR, 1997). E há quem considere biblioteca comunitária uma tipologia nova, que difere de biblioteca popular (MACHADO, 2009). Pouco é tratado acerca do caráter político e social como elemento caracterizador das

bibliotecas comunitárias e populares, provocando um processo de composição de imaginário que permite diversas interpretações até mesmo por profissionais da área da Ciência da Informação.

Variáveis como acervo, público, formas de gestão acabam por delimitar a proposição de serviços e produtos nesses espaços. A distinção entre biblioteca popular e comunitária pode ser proposta muito mais a partir da similaridade de aspectos do que propriamente pelas diferenças que as caracterizam.

A biblioteca popular aparece na literatura especializada brasileira pela primeira vez em 1978, referindo-se à integração da biblioteca pública com a escolar (ALMEIDA JUNIOR, 1997). Badke (1984) é a prenunciadora ao trazer a biblioteca popular como o que é feito pelo povo e para o povo, compreendendo por isso sua efetiva participação. Surgem da vontade, necessidade e trabalho de uma comunidade; emerge do esforço de pessoas que lutam juntas, tendo como principal objetivo realizar um trabalho baseado na proposta de transformar a realidade vigente. Estas bibliotecas, normalmente, aparecem em bairros onde vivem pessoas de uma classe social menos favorecida, com experiências de lutas sociais (BADKE, 1984, p. 18).

Por sua vez, as bibliotecas comunitárias, na percepção de Machado (2009, p. 6), são caracterizadas por

[...] a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural; a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social; o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade; a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas; o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação (MACHADO, 2009, p. 6).

As noções apresentadas anteriormente nos permitem inferir sobre o compromisso político e social intrínsecos às bibliotecas comunitárias e populares para com o seu território. Parte-se dessa perspectiva para que suas ações sejam pautadas nas necessidades e demandas da comunidade, atentando para fatores socioculturais que estão presentes ali. São bibliotecas construídas pelos desejos provenientes da própria comunidade, ocasionando um vínculo identitário entre aqueles sujeitos e a instituição, algo orgânico e visceral (BASTOS; DE ALMEIDA; ROMÃO, 2010), que permite que haja o sentimento de pertencimento em relação àquele espaço.

Outra perspectiva é proposta por Jesus ([20--]), ao definir as bibliotecas comunitárias como

[...] instituições voltadas para disseminar informação e cultura em locais de carência econômica. Na chamada sociedade da informação, ainda existem pessoas desinformadas, não pela opção de não quererem fazer parte desse processo, mas porque se vêem privadas do direito de participação. Isso se deve ao fato de que a informação só está acessível a quem pode pagar por ela, pois a informação está contida em suportes informacionais como: Internet, livros, revistas, etc., cujo valor ultrapassa o poder aquisitivo de grande parcela da população (JESUS, [20--]).

Na citação acima podemos observar que o autor se refere ao que compreendemos como uma ferramenta política com intencionalidade perversa às lógicas democráticas de acesso à informação. Nesse sentido, afirmamos que as violências que atingem mulheres não se constituem devido à falta de acesso à informação, mas sim, a estruturas opressoras indissociáveis que sedimentam a sociedade: racismo, capitalismo e

cisheteropatriacado (AKOTIRENE, 2019)⁶⁴. A privação do direito à informação é apenas um dos mecanismos para concretização de um projeto político que visa boicotar frentes feministas, antirracistas e classistas, corroborando então para a manutenção dessas estruturas opressoras.

O que defendemos neste estudo são bibliotecas comunitárias e populares como espaços educativos que, devido ao vínculo identitário entre comunidade e biblioteca, se materializam como *locus* de pertencimento. De tal forma, torna-se cenário de interlocução e de luta política, de ampliação ao acesso à informação, à documentação, à leitura, ao livro, ao conhecimento e ao debate sociocultural, potencializando esses territórios como complementares à educação (PRADO; MACHADO, 2008). Portanto, é necessário considerar a possibilidade de concretizar ações, serviços e produtos que articulem processos de educação feminista.

Dessa forma, bibliotecas comunitárias e bibliotecas populares podem se tornar espaço de aprendizagens múltiplas fundamentadas na pedagogia freiriana cujas ações e intervenções compreendem a essencialidade da assunção de identidades multiculturais, da apreensão da realidade, da escuta sensível e de dialogicidade. Dessarte, interpreta a educação como uma forma de intervenção no mundo, e, à vista disso, provoca uma contraposição à lógica do sistema vigente.

Por conseguinte, a articulação desses espaços pode compor um instrumento crucial para a transformação da curiosidade ingênua em criticidade (FREIRE, 1968, 1988, 1996), que desencadeia o processo de emancipação dos indivíduos envolvidos. Ainda que majoritariamente os ambientes formais de escolarização se limitem a meramente reproduzir as relações hierárquicas, econômicas e socioculturais, as bibliotecas comunitárias e populares propõem-se a educar para a autonomia e para (re)pensar a estrutura da sociedade. Constituindo-se, então, como âmbito de resistência,

⁶⁴ Ao pensarmos essas três estruturas como suscetíveis a cruzamentos e sobreposições, é importante reforçar que mulheres negras são repetidas vezes mais atingidas por essas violências.

necessitam ser concebidas e interpretadas na atualidade de acordo com a simbiótica relação entre práxis e *locus*, de tal forma que possa se viabilizar o redimensionamento das relações de poder estabelecidas (HOOKS, 2018, 2019), vindo a consagrar-se a partir de distintos processos educativos.

4 CONSONÂNCIAS QUE PULSAM EMANCIPAÇÃO: ENTRELAÇANDO EDUCAÇÃO, BIBLIOTECA E PEDAGOGIA FEMINISTA

Previamente, adentramos na consubstanciação de uma pedagogia feminista no âmbito de bibliotecas comunitárias e populares. Posteriormente, tecemos tanto suas construções e seus avanços históricos, quanto os desdobramentos desencadeados por esses. Finalmente, auferimos o conceito de educação pautado na perspectiva de formação cultural (ADORNO, 1995), em detrimento à noção de instrução. Por conseguinte, não estamos destacando a apreensão de conteúdos, mas sim, um processo político emancipatório em relação aos sujeitos, que se ratifica na desconstrução de estigmas e estereótipos.

Sendo assim, a educação pode ser um aporte crucial para o enfrentamento à violência de gênero, pois quando devidamente fundamentada promove o esclarecimento mediante a estratégias educativas que visam a ampliação de repertórios sociais e culturais. Concomitantemente, também auxilia na construção de autonomia e valoriza as singularidades do sujeito, culminando em seu empoderamento e emancipação.

É notório, portanto, os vínculos inerentes entre a educação e as bibliotecas, especialmente quando Bufrem (1985) afirma que

[...] bibliotecas são instituições políticas, assim como o homem. A democracia é uma necessidade e não um luxo. Informação é poder e, sem dúvida, poder de decisão. [...] Saber é ter o poder de analisar, de agir e de transformar, e esta verdade é fundamental (BUFREM, 1995).

Isto pois dialoga com a educação, que demonstra sua politicidade de forma verbal ou não verbal por meio de seus planejamentos, suas intencionalidades, suas ações, suas intervenções ou, até mesmo, da ausência desses elementos.

Tendo em vista essa não neutralidade, Freire (1968) critica a educação bancária, que, com sua concepção epistemológica empirista, parte do pressuposto que o educador é o detentor de todo o saber enquanto o educando nada sabe, desencadeando uma relação vertical entre professor e aluno. Esse formato educacional subsidia uma formação sem criticidade, submetida à estrutura de poder vigente, consolidando a manutenção do sistema patriarcal-racista-capitalista. Destarte, o autor traz outras perspectivas que oportunizam uma formação assentada no empoderamento e na estruturação do pensamento crítico, possibilitando confrontar a lógica desse sistema.

As propostas de Freire estão embasadas na disponibilidade, na dialogicidade, na amorosidade e na construção de autonomia, pois entende que a educação se dá no espaço de intersecção entre o meu saber e o do outro, do individual e do coletivo, constituindo uma epistemologia sociointeracionista. Essa concepção valoriza os múltiplos conhecimentos e as diversas leituras de mundo, utilizando-os como ponto de partida para novas aprendizagens, facilitando a assimilação e a apropriação, afinal, articular vivências e já saberes com o que se quer ensinar torna o processo imbuído de sentido, fomentando a sua compreensão.

À vista disso, historicamente, a educação não foi conduzida sob ótica libertadora, e quando assim é proposta, causa estranhamento (FREIRE, 1986). Adorno (1995, p. 185), em conformidade, aponta que “não só a sociedade, tal como ela existe, mantém o homem não-emancipado, mas porque qualquer tentativa séria de conduzir a sociedade à emancipação é submetida a resistências enormes”.

Semelhantemente, Kant (2009) pontua essa objeção do ser humano. Denominando a não-emancipação como menoridade, ele argumenta que essa se tornou uma espécie de segunda natureza da

sociedade, sendo extremamente laborioso superá-la individualmente. O autor ressalta o ser humano como responsável por não chegar a própria maioridade já que é quem perpetua a manutenção de sua menoridade, pois está acomodado ao sistema, que, para se manter, não intenta reflexões sociais nem novas lógicas que suscitem possíveis subversões.

Como resistência a esse sistema surge a Educação Popular, que reflete os movimentos sociais (GOHN, 1999). Também procedente de organizações civis, é uma prática crescente no Brasil que almeja propiciar a participação dos indivíduos na constituição de um projeto político de sociedade mediante soluções elaboradas coletiva e horizontalmente, visando superar as desigualdades sociais e desconstruir o senso comum.

A Educação Popular não é hierárquica, aposta na potência metodologia da informalidade e em uma aprendizagem com sentido, alicerçada na perspectiva Freiriana. Ela auxilia na capacitação para o trabalho, mas prioriza a formação para a cidadania e a organização comunitária (BRANDÃO, 1986). Sua essência busca uma nova epistemologia que reconhece o sujeito como alguém que, embora não detenha o conhecimento científico, traz consigo diversos saberes populares igualmente vitais, fazendo com que todos se sintam valorizados e pertencentes ao espaço através do (com) partilhar das aprendizagens entre educadores e educandos.

Com tais avanços da Educação Popular, juntamente às contribuições de Paulo Freire, iniciaram-se discussões acerca de uma Educação Não Formal enquanto catalisadora de novas vivências e aprendizagens, tanto sociais quanto políticas. A mesma ocorre em ambientes alternativos com a finalidade de oportunizar um currículo⁶⁵ flexível e imbuído de sentido, voltado para a formação integral dos sujeitos e entrelaçado às realidades das classes e lutas populares. Isso é viável, afinal

⁶⁵ A noção deste componente está relacionada à compreensão de currículo oculto discutida por Tomaz Tadeu da Silva (1999) e não a específicas composições de conteúdos, espaços e tempos da Educação Formal.

a educação não é uma prática exclusiva da escola, pois a educação também ocorre fora do espaço escolar, e, nesse âmbito, possui objetivos e finalidades diversos (MOURA; ZUCCHETTI, 2010, p. 638).

Gohn (1999) e Von Simson (2001) também manifestam a mesma compreensão no que concerne à Educação Não Formal. Destaca-se, ainda, que é uma área ainda em expansão muito significativa na realidade brasileira. Sua essência múltipla e plural se intensifica por meio da diversidade de ações educacionais desenvolvidas – sempre diretamente conectadas à comunidade em que acontece –, tencionando questionamentos referentes às desigualdades e exclusões sociais.

Logo, assim como a Educação Popular, a Educação Não Formal não é hierárquica e pode ter como público-alvo todas as faixas etárias. Ambas também intentam uma formação pautada por Freire (1996), ou seja, que provoca a assunção de identidades multiculturais, a escuta e o olhar sensível, a apreensão da realidade e a disponibilidade para a dialogicidade a partir de experiências embasadas nas vivências e nos conhecimentos daqueles que a compõem. Dessarte, são facetas educacionais que se constituem enquanto subsídio para a emancipação e empoderamento dos sujeitos, bem como para o desenvolvimento de criticidade e movimentos de resistência ao sistema.

Quando observamos a perspectiva das bibliotecas comunitárias e populares, podemos fácil e claramente estabelecer uma conexão com o prisma da Educação Não Formal aliada a uma Educação Popular devido a verossimilhança de seus cerne. Para todas as facetas educacionais, o espaço é um eixo estruturante do trabalho pedagógico e tem um caráter de não neutralidade, logo não se limita a um cenário da ação educativa (HORN; GOBBATO, 2015). Sendo assim, é possível pensarmos nas bibliotecas como um potente ambiente para realizar essa ótica de educação emancipatória, que, mediante a ampliação de repertórios e facilitação do acesso a

informações, faz enfrentamento à lógica de violência racista, capitalista e cisheteropatriacial vigente.

Entretanto, ter uma Educação Não Formal de cunho popular acontecendo dentro das bibliotecas não necessariamente assegura que se efetue um enfrentamento eficaz, pois é “o modo como se utiliza esse espaço é o que garante a essência do ambiente catalisador de experiências” (AMBROGI, 2011, p. 66). Sabemos que a educação imbuída de sentido está diretamente entrelaçada à experiência, que, segundo Larrosa (2002, p. 21), é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca; não o que se passa, o que acontece, ou o que toca. Conseqüentemente, só o compartilhar de informações não é experiência – e é justamente por contemplar os dois aspectos que o entrelaçar entre bibliotecas e educação é tão potente.

Ao articularmos esses âmbitos, intensificamos a acessibilidade de saberes descolonizados, enalteçemos as múltiplas identidades e singularidades dos sujeitos e promovemos um espaço para encontro plural e singular. Podendo, dessa forma, construir um espaço de acolhimento, conscientização e (des)construção. No que tange, especificamente, às violências de gênero, urge a crucialidade dessa confluência adotar uma pedagogia feminista, que inclui tanto mulheres quanto homens e contrapõe as construções sociais do racismo e do patriarcado, (re) construindo identidades por meio da oportunização de outras formas de se ver e ser vista. Sardenberg (2006, p. 46) esclarece,

[...] Pedagogia Feminista é entendida como o conjunto de princípios e práticas que visa conscientizar indivíduos, tanto homens como mulheres, da ordem patriarcal vigente em nossa sociedade, dando-lhes instrumentos para superá-la e assim, atuarem de modo a que construam a equidade entre os sexos.

Consiste, por conseguinte, em uma proposta política de pedagogia que tem por referência central aspectos teórico-

metodológicos da Educação Popular, coligada à luta por autonomia e direito das mulheres, sintetizando os conceitos dessa faceta educacional e da teoria feminista (SILVA; GODINHO, 2017). Integra os pensamentos de Freire (1968, 1988, 1996) e, concomitantemente, os questiona. Manifesta-se, então, na organização do espaço, na intencionalidade presente nos planejamentos, na forma como as ações são colocadas, no que abordam as intervenções e como essas são proferidas. Subverte, assim, as propostas, diligências e mediações que reforçam concepções sexistas, muito presentes na educação bancária, e que corroboram para a manutenção do patriarcado.

Dessarte, a pedagogia feminista é uma abordagem que pode ser usada com diferentes faixas etárias, variando a asserção, as atividades e o nível de aprofundamento das temáticas. Tem um olhar sensível, mas ao mesmo tempo direcionado, pois dedica muita atenção para os pré-conceitos – verbais e não verbais – cisheteropatriarcais, racistas e capitalistas enraizados, que comumente passam despercebidos ao longo do cotidiano. Com isso, desencadeia uma reflexão acerca dessas exteriorizações, compreendendo que o silêncio também é uma forma de violência, afinal demonstra conivência.

Outrossim, oriundo do discernimento de que todos os espaços educativos, ainda que de forma fragmentada, reproduzem as estruturas opressoras organizacionais e comportamentais da sociedade, sua atenção também é dedicada no que concerne aos vínculos estabelecidos e na forma como se estabelecem, uma vez que também manifestam construções sociais. Doravante a essa observação, busca estratégias de aproximação e de quebra de paradigmas, suscitando aprendizagens coletivas que convidam os envolvidos ao protagonismo, ao empoderamento e a emancipação. Dessa forma,

Pensar numa educação feminista é deliberadamente conceber o não-sexismo, é envolver o/a educando/a num cenário de

liberdade, de militância e de prática de respeito mútuo (RÊGO, 2017, p. 119-121).

Isto posto, entendemos à luz de Ochoa (2008) que promover ações coerentes à concepção não sexista implica na diversidade de propostas educativas, como oficinas, círculos de cultura, grupos de discussão, conferências e seminários, tendo em vista a contraposição de vertentes que invisibilizam mulheres e debatem majoritariamente figuras masculinas. Logo, tais propostas almejam a ampliação de referências e representatividades, tendo várias vozes como vetores educacionais; o que implica em pensar a democratização do acesso a políticas públicas de proteção à mulher.

Destarte, a pedagogia feminista de cunho não formal no âmbito de bibliotecas oportuniza uma formação cultural e política, compreende o atravessamento de estruturas sociais opressoras indissociáveis, valoriza as múltiplas inteligências e os diferentes processos de aprendizagem. Exalta o percurso e o percursar, não somente o produto, enquanto se propõe a ampliar repertórios que desconstroem as lógicas do sistema, e, especialmente paradigmas que acarretam a submissão. Ademais, promove a reflexão e a criticidade, que culminam nas formas de interação e intervenção no e com o mundo, uma vez que provocam o empoderamento e a emancipação.

A idiosincrasia comum entre bibliotecas e a educação popular feminista caracteriza, portanto, uma didática plural que não ignora singularidades, pautada em compromisso político e social. Por conseguinte, assegura um espaço educacional não formal em que mulheres dialogam com e para diferentes gêneros, ressignificando os laços entre seus pares a partir da identificação de suas especificidades e relações de poder.

5 INQUIETAÇÕES PARA NÃO FINALIZAR

Neste capítulo, pontuamos o quanto a questão do enfrentamento às violências contra a mulher é pouco explorada na Ciência da Informação. Tal perspectiva se evidencia mediante a

baixa ocorrência de estudos que abordam a temática proposta. Semelhantemente, a discussão acerca de bibliotecas comunitárias e populares enquanto agentes na ampliação de repertórios e construção de subjetividades também é diminuta, posto que sejam espaços identitários e de emancipação coletiva. À vista disso, buscamos entrelaçar as bibliotecas à pedagogia feminista, de modo a salientar que essas instituições sejam *loci* de práticas de Educação Não Formal.

Diante dessa lógica intelectualiva apontamos para a possibilidade de que a práxis realizada nesses espaços tenha como cerne a pedagogia feminista, como intervenção social no sentido de recomposição de imaginários, como forma de combate à violência contra a mulher.

Defendemos, por fim, que as inquietações provenientes das discussões aqui elencadas, possam ser catalisadoras de estudos futuros que tenham a pedagogia feminista como referência teórica e metodológica, através de ações de educação popular, compreendida como espaço provocativo, propiciador de experiências e consolidador de subjetividades libertárias.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. **Bibliotecas públicas e bibliotecas alternativas**. Londrina: Editora UEL, 1997.
- AMBROGI, I. H. Reflexões sobre os usos do espaço como garantia para a criação de meninos e meninas pequenas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 63-73, mai./ago 2011.
- BADKE, T. Biblioteca popular: uma experiência no bairro das Laranjeiras. **Palavra-Chave**, São Paulo, n. 4, p. 18-9, maio, 1984.
- BASTOS, G. G.; ALMEIDA, M. A. DE; ROMÃO, L. M. S. Bibliotecas comunitárias: mapeando conceitos e analisando discursos. **Informação & Sociedade**, v. 21, n. 3, p. 87-100, 2012.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BUFREM, L. S. Fundamentos sociais e políticos da biblioteconomia. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 4, p. 108-122, 1985.

DEL PRIORE, M. L. M. Memória e história de mulheres: uma biblioteca feminista. **Revista de História**, n. 138, p. 175-179, 1998.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

GOHN, M. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

HOOKS, B. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HORN, M. G. S.; GOBBATO, C. Percorrendo trajetos e vivendo diferentes espaços com crianças pequenas. In: FLORES, M. L. R.; ALBUQUERQUE, S. S. (org.) **Implementação do Proinfância no Rio Grande do Sul: perspectivas políticas e pedagógicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

JESUS, Maria S. de. **Implantação de bibliotecas comunitárias nos municípios do estado da Bahia**. [S.l.: s.n.], [20--].

KANT, I. Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo. **Da paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 2009.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, p. 20-28, 2002.

MACHADO, E. C. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 7, n. 2, p. 80-94, 2009.

MARTÍNEZ MARTÍN, I. Construcción de una pedagogía feminista para una ciudadanía transformadora y contra-hegémica. **Foro de Educación**, n. 14, v. 20, p. 129-151, 2016.

MOURA, E. G. DE; ZUCCHETTI, D. T. Educação além da escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 629-648, maio/ago. 2010.

OCHOA, L. M. **El sueño y lapráctica de sí**: Pedagogía feminista una propuesta. México, D.F.: El Colegio de México, 2008.

PRADO, G. M.; MACHADO, E. C. Território de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária. *In*: ENCONTRO NACIONAL EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USP, 2008.

RÊGO, S. A. S. **Mulher e ciência**: interfaces feministas entre conhecimento científico e político na América Latina. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru.

SARDENBERG, C. Pedagogias feministas: uma introdução. *In*: **Violência Contra as Mulheres**: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste. Brasília: [s.n.], 2004.

SILVA, M. A.; GODINHO, E. A construção de uma pedagogia feminista latinoamericana na perspectiva da educação popular. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2017.

SILVA, T. T. DA. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VON SIMSON, O. R. M. **Educação não formal**: cenários de criação. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.